

Congresso Internacional Conexões Globais

Educação, Inovação,
Produção de Conhecimento e Impacto Social em uma
Perspectiva Interdisciplinar

03, 04 e 05 de novembro 2025

@institutoconexoes360

www.even3.com.br/conexoesglobais



Eixos Temáticos

Tecnologia e Transformação Digital

Empreendedorismo e Sustentabilidade

Saúde, Bem-Estar e Qualidade de Vida

Gestão e Políticas Públicas

Interculturalidade, Direitos Humanos e Cidadania Global

Ciência, Pesquisa e Conhecimento em Rede

Educação Inovadora e Inclusiva

AGROTURISMO E DESENVOLVIMENTO RURAL

Lailton da Silva Freire¹
Celso Ferreira De Lima Filho²
Saulo Ribeiro dos Santos³

RESUMO: O agroturismo tem se consolidado como prática de diversificação econômica e estratégia de desenvolvimento rural sustentável no Brasil e em diversos contextos internacionais. Este estudo, de natureza qualitativa e descritivo-analítica, realizou uma revisão integrativa de trabalhos científicos, dissertações e teses sobre o tema, buscando compreender as inter-relações entre o agroturismo e o desenvolvimento rural nas dimensões socioeconômica, cultural e ambiental, com base na análise de literatura e experiências desenvolvidas no Brasil. Os resultados apontam que o agroturismo favorece a geração de renda e o fortalecimento da agricultura familiar, impulsiona a valorização dos saberes locais e das identidades culturais, além de promover a conservação ambiental por meio de práticas sustentáveis. A articulação com cadeias curtas de comercialização, a capacitação técnica e a inclusão digital ampliam os impactos positivos, contribuindo para a autonomia dos territórios rurais. Contudo, a ausência de políticas públicas integradas, infraestrutura adequada e mecanismos de governança local ainda se configuram como entraves para sua consolidação. Conclui-se que o agroturismo, quando articulado a políticas de inclusão, sustentabilidade e valorização cultural, constitui importante vetor de transformação e resiliência para os espaços rurais contemporâneos.

Palavras-chave: Agricultura familiar. Agroturismo. Desenvolvimento rural. Identidade territorial. Sustentabilidade.

¹L. S. FREIRE (<http://lattes.cnpq.br/2001880280207190>) Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, MA, Brasil.

e-mail: Lailton.f@htomail.com

²C. F. LIMA FILHO (<http://lattes.cnpq.br/5719214199119696>). Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, MA, Brasil.

³S. R. SANTOS (<http://lattes.cnpq.br/6334574563260950>). Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, MA, Brasil.

INTRODUÇÃO

Agroturismo refere-se ao conjunto de atividades turísticas desenvolvidas em ambiente agrícola, nas quais a experiência rural que inclui visitas à propriedade permite com que haja a participação do visitante em atividades produtivas e consumo de produtos locais. Essa prática tem sido cada vez mais comum nas últimas décadas no Brasil e passa a ser um vetor de diversificação de renda para famílias rurais e consequente desenvolvimento rural (DHUNGANA; KHANAL, 2023).

A nível de desenvolvimento, o agroturismo permeia as dimensões econômica, sociocultural e ambiental importante para uma compatibilização sócio espacial em áreas rurais. No desenvolvimento econômico a prática do agroturismo pode ser vetor de geração de fluxo de renda, no tocante ao desenvolvimento sociocultural este pode ser responsável pela preservação de práticas culturais, valorização dos saberes locais tradicionais bem como das paisagens rurais; Na proposta do desenvolvimento ambiental, o agroturismo contribui para o manejo sustentáveis de áreas de proteção, sustentabilidade, bem como a valorização do território (YASIN; BACSI, 2025).

No campo empírico e científico recentes, é possível perceber que a prática do agroturismo tem se tornado fator multiplicador sobre economias locais. Além da renda obtida diretamente pelas propriedades, o gasto realizado pelos visitantes impulsiona comércio local o que muitas vezes fomentam a formação de serviços e cadeias de suprimentos, ou arranjos produtivos locais responsáveis por ampliar efeitos diretos e indiretos para o desenvolvimento territorial rural. (DHUNGANA; KHANAL, 2023).

Os estudos científicos tem demonstrados por meio da literatura um crescente interesse acadêmico pelo agroturismo especialmente pós anos 2020, sobretudo na perspectiva ambiental, digitalização de serviços e resiliência pós pandemias, o que vem a reforçar ainda mais a relevância do tema para as discussões e para implementação de políticas públicas voltadas ao espaço rural. (TURTUREANU et al., 2025).

A pandemia de COVID-19 trouxe à tona uma gama de oportunidades para o agroturismo. Isso tem sido evidenciado por meio do crescente números de deslocamentos domésticos e busca por experiências ao ar livre que favoreceram destinos rurais. Estes deslocamentos resultaram no aumento de empreendimentos a se adaptarem aos serviços e incorporarem protocolos sanitários e estratégias digitais de marketing de modo a contribuir para o desenvolvimento em áreas rurais (TURTUREANU et al., 2025).

Para que o desenvolvimento rural ocorra de forma efetiva, é necessário que existam políticas públicas integradas que articulem agroturismo, cadeias alimentares locais, capacitação técnica e infraestrutura digital e física, aliadas ao monitoramento de indicadores de sustentabilidade de forma a maximizar o potencial do agroturismo em desenvolvimento rural inclusivo e resiliente.

Diante do exposto, o objetivo desse trabalho foi compreender as inter-relações entre o agroturismo e o desenvolvimento rural nas dimensões socioeconômica, cultural e ambiental, com base na análise de literatura e experiências desenvolvidas no Brasil.

Além desta introdução, o artigo está estruturado em três seções: a primeira apresenta os fundamentos teóricos sobre desenvolvimento rural e agroturismo; a segunda discute suas implicações do desenvolvimento rural com base nas dimensões socioeconômicas, político-cultural e ambientais; e, por fim, as considerações finais que sintetizam os principais resultados e desafios à consolidação do agroturismo como estratégia de desenvolvimento sustentável



METODOLOGIA

O Tipo de pesquisa adotado nesse trabalho é a abordagem qualitativa, devido ao caráter interpretativo do fenômeno e à necessidade de compreender processos sociais, culturais, econômicos e ambientais ligados ao agroturismo. O estudo possui natureza exploratória e descritiva, buscando aprofundar as relações entre o agroturismo e o desenvolvimento rural no Brasil.

Como procedimentos metodológicos, realizou-se a revisão bibliográfica integrativa e documental em bases científicas nacionais e internacionais como SciELO, Web of Science, Scopus e Google Scholar, além de documentos institucionais (EMBRAPA, MDA etc.). Para compor a revisão, foram analisados e incluídos artigos publicados preferencialmente a partir dos anos 2000, nos quais houvessem como foco de pesquisa o agroturismo como política de desenvolvimento, os impactos econômicos, socioculturais e ambientais do agroturismo, a agricultura familiar e cadeias curtas e iniciativas e experiências brasileiras

Como critérios de inclusão e exclusão dos trabalhos lidos e analisados foram incluídos nessa revisão estudos com recorte territorial brasileiro ou comparações internacionais que discutiram explicitamente o agroturismo e sua contribuição ao desenvolvimento rural. Foram excluídos os materiais que tratam apenas de turismo rural sem componente produtivo, textos opinativos sem método ou dados empíricos.

Como técnica de análise para a composição da estrutura desse trabalho, foi utilizada a análise de conteúdo temática, por meio da categorização em três eixos derivados do referencial teórico, como dimensão econômica, dimensão sociocultural e dimensão ambiental. Os resultados foram sistematizados de forma interpretativa, no qual permitiu identificar convergências, limitações e lacunas da literatura.

Para o recorte espacial da pesquisa priorizou-se trabalhos no qual o foco principal foram casos relatados em território brasileiro onde foram ainda destacadas experiências documentadas em regiões que possuem iniciativas estruturadas, como Sul e Sudeste, especialmente como Santa Catarina (ex.: Acolhida na Colônia), Espírito Santo (Venda Nova do Imigrante) e demais regiões rurais com redes de agroturismo e políticas consolidadas.

As limitações do estudo são a dependência de dados secundários não possível relatar aqui nessa pesquisa, a possibilidade de restrição quanto à disponibilidade e atualização das pesquisas sobre o tema bem como a heterogeneidade das experiências relatadas.

Do ponto de vista epistemológico, este estudo fortalece a inserção da geografia rural/agrária no campo da investigação sobre turismo e agroturismo, ao demonstrar que o turismo produtivo-rural pode ser interpretado como estratégia de desenvolvimento territorial. Essa abordagem desafia visões convencionais que tratam o turismo apenas como fluxo de visitantes, enfatizando seu papel na reorganização espacial, social e econômica dos territórios rurais. Ao mesmo tempo, a articulação entre turismo, agricultura familiar e cadeias curtas abre caminhos para a discussão de geógrafos que privilegiam a análise de redes, escalas e fluxos territoriais (DAVID; MARAFON, 2021). A ênfase retratada nesse trabalho recai sobre a noção de ruralidade contemporânea, que incorpora elementos socioeconômicos, político-cultural e ambiental.



FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O geografia agraria-rural e o desenvolvimento rural

A pesquisa aqui apresentada vem de encontro à Geografia Rural e Agrária ao conectar estudos relacionados ao turismo rural/agroturismo. A abordagem interpretativa/qualitativa analisada nesse artigo permite compreender processos sociais, econômicos e ambientais no que se denominada novas ruralidades. A geografia rural agrária pressupõe o entendimento do espaço rural não apenas como cenário produtivo no sentido econômico do termo, mas como território de transformação composto na contemporaneidade por práticas multifuncionais, circuitos diversificados e redes de relações entre campo e cidade. Esses pressupostos são por exemplo bem definido por David e Marafon (2021) ao argumentarem que a geografia rural/agrária no Brasil tem evoluído para abarcar “o dinâmico, complexo e conflituoso espaço rural contemporâneo”, contribuindo para a análise das transformações territoriais, das redes produtivas locais e das novas formas de organização social no meio rural.

Dessa forma, esse estudo vem mostrar evidências para a compreensão do agroturismo como vetor de desenvolvimento rural dialogando com os debates sobre ruralidade, territorialização e desenvolvimento local sustentável. A noção de “ruralidade contemporânea” implica reconhecer que os espaços rurais integram lógicas produtivas, turísticas e identitárias que ultrapassam o paradigma agrário clássico, conforme apontado por Gusmão (2006) ao revisar a história dos estudos de geografia agrária. A dimensão territorial torna-se, então, central: território entendido como construção social, política e econômica categoria enfatizada e por Fernandes (2008), segundo a qual os processos de territorialização implicam redes de atores, lugares, fluxos e escalas.

Essa pesquisa ainda dialoga com a Geografia do Desenvolvimento Territorial, uma vertente que enfatiza a espacialidade dos processos de desenvolvimento, a governança local, a diversificação econômica, a infraestrutura e os sistemas de serviços como partes integrantes dos processos de mudanças no meio rural. Autores como Haesbaert (2004) embora não tão específicos apenas para turismo rural sinalizam que o território passa por processos de desterritorialização e reterritorialização, o que ajuda a compreender como o agroturismo pode reconfigurar espaços rurais, redes de valor e práticas socioculturais.

No âmbito específico do turismo rural e do agroturismo, a literatura geográfica brasileira e internacional oferece autores que dialogam diretamente com o seu objeto. Por exemplo, Zandonadi e Freire (2016) investigou como o agroturismo contribui para a geração de renda complementar de famílias rurais e para a valorização de saberes tradicionais e paisagens rurais. Strassburger, Coltre e Ferreira (2023) realizaram estudo bibliométrico que evidencia a articulação entre turismo rural, agricultura familiar e desenvolvimento rural no Brasil. Souza (2019) apresenta tipologias e funções do turismo rural, indicando a distinção entre turismo rural e agroturismo. Gelbcke (2006) investigou “Agroturismo e produção do espaço” no contexto brasileiro, contribuindo à compreensão geográfica dos modos como o turismo se entrelaça com a produção de espaço rural.

O desenvolvimento rural abrange uma perspectiva multidisciplinar na qual diversos aspectos devem ser levados em consideração. Os aspectos incluem articulações políticas, econômicas, sociais, ambientais, culturais e territoriais. Quando esses aspectos são trabalhados de forma articulada, o desenvolvimento rural tende a levar à melhoria das condições de vida e de trabalho no espaço rural, ampliando oportunidades econômicas, divulgação cultural, fortalecimento de laços ancestrais, além da redução das desigualdades entre campo e cidade (SCHNEIDER, 2004).



Com o transcurso da história, foi possível perceber que as abordagens dentro da temática de desenvolvimento rural pautaram-se na intensificação produtiva e em modelos territoriais com múltiplas funcionalidades, diversificação da renda e fortalecimento institucional local; no entanto, desenvolvimento vai além disso (SILVEIRA; FERRAZ, 2005).

No Brasil, quando se fala de desenvolvimento rural quase sempre se observa a integração entre agricultura familiar, gestão territorial, políticas de inclusão social, utilização racional dos recursos naturais ao buscar uma integração entre produção, renda, assistência técnica, infraestrutura, proteção de povos/tradições, dentre outros (MIRANDA, 2020).

A agricultura familiar no Brasil ocupa papel central na estratégia de desenvolvimento rural, uma vez que essa atividade responde por parcela significativa dos empregos no campo e produção básica de alimentos para a população (CASTRO, 2023). A agricultura familiar, portanto, tem sido um forte vetor da dinamização dos espaços rurais locais.

O governo federal, por meio do programa PRONAF e outras políticas públicas, incentiva crédito, assistência técnica e comercialização de produtos de modo a viabilizar a permanente produção das áreas rurais. Além disso, tem contribuído para a universalização do acesso a serviços públicos e o fortalecimento de arranjos produtivos locais e cadeias de valor locais. A política de crédito rural também, através do Plano Safra, desempenha papel redistributivo ao oferecer condições de financiamento para pequenos produtores (CASTRO, 2023).

A questão do bem-estar para as populações tradicionais e rurais, além dos aspectos econômicos, deve manifestar-se por meio de acesso a serviços públicos como saúde, educação, infraestrutura, habitação digna, cultura e governança local (SABOURIN, 2018).

A diversificação socioeconômica no espaço rural por meio da agroindústria familiar, do agroturismo, das cadeias curtas e dos empreendimentos não-agrícolas fortalece mais ainda e contribui para a resiliência, mitigando efeitos de vulnerabilidades frente a variações de preço no mercado e fatores climáticos (ZANDONADI; FREIRE, 2016). Também é eixo crítico para o desenvolvimento rural que fortalece cadeias curtas, mercados locais, agroindústrias familiares e circuitos regionais, o que aumenta a captura de valor pelos produtores e reduz vulnerabilidade a cadeias longas dominadas por grandes intermediários.

Quando se fala em desenvolvimento rural devem ser considerados vários critérios para sua plena evolução. A governança local e a governança multiníveis, que são as articulações entre municípios, estados e União, desempenham metodologias estratégicas para promoção do desenvolvimento rural, pois facilitam a agregação de ofertas de produtos e serviços, fomentam o acesso a mercados e fortalecem a articulação entre população e políticas públicas (SABOURIN, 2018).

Outros aspectos que auxiliam no desenvolvimento rural são a digitalização e a inclusão digital como fatores de transformação. Esses aspectos são possíveis com acesso à internet, plataformas de comercialização, redes sociais e serviços digitais, que ampliam e contribuem para agregação de valor e inserção das instituições produtivas em mercados urbanos, regionais, nacionais ou internacionais reduzindo barreiras geográficas do local ao global (BAI; YANG, 2025; DOLOI, 2025).

A questão de gênero e da equidade também é assunto marcante e inserido nas últimas décadas no contexto do desenvolvimento rural. As mulheres rurais vêm representando cada vez mais parcela de mão de obra agrícola e donas de empreendimentos. Isso se deve às políticas públicas e ao reconhecimento de suas lutas e trabalhos já relatados na história (FERTO; BOJNEC, 2024; VIZUETE et al., 2025).

A sustentabilidade ambiental tem se tornado um dos pilares para o desenvolvimento rural, sobretudo a longo prazo. As práticas agroecológicas, o manejo de recursos hídricos, a recuperação de áreas degradadas, a integração agricultura-pecuária-floresta (APF) também são



fortes aspectos que contribuem para o pleno desenvolvimento rural. Além disso, está o enfrentamento das mudanças climáticas, que requer adaptações nas atividades rurais ao incluir diversificação de produtos, seguros agrícolas, pegada de carbono, infraestrutura de retenção de água e transferências de tecnologias e inovações (GOMORI-RUBENA; REID, 2023).

A integração dos jovens no meio rural, bem como a redução do êxodo rural também têm sido estratégias para o desenvolvimento rural. Oportunidades de trabalho diversificados, acesso à educação técnica e tecnológica e aos empréstimos e financiamentos contribuem para o empreendedorismo no espaço rural, tendo o jovem como dono do seu próprio negócio, o que leva à renovação geracional das atividades rurais (MUJCINOVIC et al., 2024; GUZMAN et al., 2020).

Os estudos e implantação de instrumentos de planejamento territorial e o uso de mapas de aptidão permitem orientar a aplicação de investimentos e políticas públicas conforme aptidões locais. Além disso, parcerias público-privadas e iniciativas de cooperação técnica auxiliam na transferência de tecnologia, capacitação e monitoramento de políticas, incrementando a capacidade institucional local (RAMBO; FREITAS, 2019; KATO; DELGADO; ROMANO, 2022).

Para o efetivo desenvolvimento rural é necessário ainda que haja coleta de indicadores e monitoramento para avaliar impacto de estratégias e políticas desenvolvidas. Por meio de métricas como renda per capita rural, taxa de emprego no campo, acesso a serviços, produtividade por família e sustentabilidade ambiental é possível aferir resultados e ajustar políticas (ABREU; MESIAS; RAMAJO, 2021).

Dessa forma, deve haver planejamento e metas explícitas na agenda do desenvolvimento rural que incorporem os aspectos aqui retratados e articulem, de forma conectada, segurança alimentar, sustentabilidade ambiental, equidade social, governança territorial e políticas públicas eficazes para a construção de territórios rurais produtivos, prósperos e resilientes (SCHNEIDER, 2004).

Nesse contexto, o agroturismo pode contribuir para o desenvolvimento rural ao fortalecer a agricultura familiar, a modernização da infraestrutura, o acesso à tecnologia e crédito, a promoção da inclusão social e a sustentabilidade ambiental, que podem transformar o potencial dos territórios rurais em crescimento inclusivo e duradouro (ZANDONADI; FREIRE, 2016).

Agroturismo e desenvolvimento socio-econômico rural

Sob o contexto do desenvolvimento territorial, o agroturismo apresenta forte potencial para reconfigurar fluxos econômicos locais (SGROI; DONIA; MINEO 2018; NDHLOVU; DUBE 2024), reduz êxodo rural (BHANDARI 2016) e estimular ocupações produtiva de áreas periféricas quando integrado a políticas de desenvolvimento local (FANTINI et al., 2019; TONINI; DOLCI 2020). A atuação coordenada com programas de desenvolvimento rural amplia o impacto socioeconômico.

Do ponto de vista econômico, o agroturismo constitui-se em alternativa complementar à agricultura tradicional, reduzindo a vulnerabilidade de famílias produtivas frente à volatilidade de preços de commodities e à sazonalidade agrícola (DHUNGANA; KHANAL, 2023). Por meio da possibilidade de hospedagem, fornecimento de alimentação, da venda direta de produtos e da disponibilidade de outros serviços, as propriedades rurais podem captar renda.

Experiências já consolidadas indicam que o retorno econômico ao proprietário em relação ao visitante se torna maior quando a propriedade articula outros atrativos como hospedagem, eventos, experiências educativas e venda de produtos locais, mas para que isso



aconteça, é necessário investimento inicial em infraestrutura e capacitação, barreiras que muitas famílias rurais enfrentam (DHUNGANA; KHANAL, 2023; GUZZATTI et al., 2024).

Os mecanismos de financiamento e incentivos fiscais direcionados ao turismo rural são importantes uma vez que a adequação de propriedades (infraestrutura, hospedagem, acessibilidade) ampliam a capacidade de investimentos iniciais, mitigando a barreira financeira à entrada no agroturismo. As políticas públicas precisam considerar linhas de crédito específicas e parcerias público-privadas voltadas as atividades rurais.

A convergências entre o setor do agroturismo aliado às cadeias curtas de comercialização constitui estratégia que aumenta o valor percebido pelos visitantes contribuindo para a retenção de renda local. Esta relação fortalece os vínculos entre produtor e consumidor uma vez que promove produtos locais e orgânicos (EVOLA et al., 2022). O que pode fomentar os circuitos gastronômicos turísticos como também a experiência do consumo direto na propriedade.

O agroturismo por meio da diversificação de renda pode contribuir para a redução da vulnerabilidade econômica decorrentes da sazonalidade agrícola e choques de mercado, em outras palavras, auxilia como estratégia de redução de riscos para unidades produtivas familiares. O impacto econômico advindo com essas práticas nem sempre é homogêneo, os benefícios dependem de fatores como proximidade a mercados emissores, infraestrutura local, capacidades de gestão e articulação com agentes de turismo e políticas de apoio técnico e financeiro (DHUNGANA; KHANAL, 2023).

A diversificação produtiva inerente ao agroturismo contribui para o desenvolvimento rural inclusivo quando políticas públicas apoiam a formalização, a certificação e a melhoria de infraestrutura (rodovias, sinalização, energia, internet), condições críticas para ampliar o mercado e elevar a competitividade (EMBRAPA, 2010).

O impacto econômico do agroturismo é condicionado por fatores relevantes a essa atividade a exemplo da infraestrutura de acesso, proximidade de mercados emissores, qualificação dos gestores e articulação em redes locais são determinantes do sucesso (GUZZATTI; GELBCKE; CAZELLA, 2024; MARCHESAN et al., 2020). Sem esses elementos, as iniciativas tendem a permanecer de pequena escala e de baixo impacto.

A formação e capacitação técnica do pessoal envolvido é outro instrumento condicionante do sucesso do agroturismo: gestão de serviços, segurança sanitária, hospitalidade, marketing digital e adequação de oferta (acessibilidade, sinalização, roteiros) são fatores críticos que diferenciam empreendimento rentáveis daqueles que não se sustentam.

As cadeias curtas de abastecimento (short food supply chains) também constituem sinergia natural quando conectada o agroturismo: a venda direta de alimentos no local ou por circuitos locais aumenta valor agregado, vínculos produtor-consumidor e percepção de autenticidade, reforçando benefícios econômicos para produtores (EVOLA et al., 2022;).

As cadeias curtas são formas de comercialização em que há redução ou eliminação de intermediários entre quem produz e quem consome. Isso significa que o produto vai do agricultor diretamente (ou quase diretamente) ao consumidor final, aumentando a captura de valor pelo produtor e fortalecendo a economia local. As cadeias curtas constituem laço mais próximo entre produtor e consumidor, com menos atravessadores, maior confiança, valorização cultural e retenção de renda no território.

No Brasil as cadeias curtas podem ser percebidas quando por exemplo há a venda direta na propriedade rural (agroturismo: café colonial, pousada com produtos da roça), feiras de produtores locais ou feiras orgânicas, cestas de alimentos entregues diretamente em domicílios como as Comunidades que Sustentam a Agricultura), vendas online feitas pelo próprio agricultor, sem atravessadores, restaurantes e hotéis que comprem diretamente de agricultores familiares.



No agroturismo as cadeias curtas podem ocorrer quando o visitante consome refeições preparadas na propriedade, quando esses compram geleias, queijos, vinhos, hortaliças, artesanato ou outros produtos produzidos no local ou quando há as vivências turísticas atreladas à compra de produtos locais (ex.: colher frutas direto do pomar ou hortas, pescar seu próprio peixe etc.).

As cadeias curtas reforçam o desenvolvimento endógeno das comunidades rurais, pois mantêm a renda no território e valorizam a cultura local diferentemente das cadeias longas, que embora ampliem o mercado e gerem escala, tendem a enfraquecer a autonomia do produtor e a homogeneizar os produtos, diluindo a identidade regional.

As cadeias curtas associadas ao agroturismo contribuem para a sustentabilidade territorial, uma vez que reduzem a pegada de carbono no transporte de alimentos e promovem circuitos econômicos locais. Segundo Wilkinson (2010), essa dinâmica fomenta uma forma de desenvolvimento endógeno, na qual a comunidade se torna protagonista de seus processos produtivos e turísticos.

Aliado as cadeias curtas, a formação de circuitos e de roteiros temáticos, enogastronomia, turismo de experiência, educação ambiental, amplia a permanência média do visitante responsável pela geração de receita, desde que haja coordenação entre empreendimentos e infraestrutura de apoio. O desenvolvimento econômico advindo do agroturismo também está relacionado à diversificação de mercados emissores (regionais e urbanos) e à capacidade de oferta em todas as temporadas, o que requer produtos e eventos que atraiam demanda ao longo do ano.

A certificação de produtos locais e práticas sustentáveis constitui ferramenta estratégica para mercantilizar a autenticidade e ampliar o preço premium dos bens vendidos no contexto agroturístico; tal estratégia requer apoio técnico e processos de certificação acessíveis para pequenos produtores (EVOLA et al., 2022).

Para avançar na agenda do agroturismo como vetor de desenvolvimento econômico rural, são recomendadas medidas políticas prioritárias: como as linhas de crédito específicas com condições para investimento em pequena infraestrutura; a existência de programas contínuos de capacitação em hospitalidade; investimentos em acessibilidade e conectividade; promoção territorial articulada; e o monitoramento e avaliação de impactos positivos e negativos (EMBRAPA, 2010; TURTUREANU et al., 2025).

Desenvolvimento Político-cultural rural

O agroturismo constitui-se na visitação e nas experiências turísticas que ocorrem no setor agrícolas. As atividades no agroturismo podem incluir hospedagem, participação em atividades produtivas, consumo de produtos locais e vivências culturais. Dessa forma o agroturismo é reconhecido como tecnologia social capaz de articular valor econômico e patrimônio sociocultural no espaço rural (LIMA; MARAFON, 2020).

A dimensão sociocultural do agroturismo ocorre devido a capacidade que tem de contribuir com a valorização de saberes locais, preservação das tradições e o fortalecimento de identidades comunitárias. Concomitante a isso, o agroturismo cria oportunidades de interação entre visitantes urbanos e populações rurais (GUZZATTI; GELBCKE; CAZELLA, 2024).

A formação de circuitos do agroturismo, de roteiros e eventos rurais atuam como estratégia de resgate e circulação de manifestações culturais locais como festejos, ofícios, gastronomia dentre outras atividades locais. Dessa forma o agroturismo contribui ainda de modo a converter o patrimônio imaterial em componente importante para a oferta turística.

Segundo Peixoto e Ribeta (2022) a identidade territorial é fortalecida com a prática do agroturismo devido as diversas articulações decorrentes de parcerias entre agentes locais,



políticas públicas e empreendedores, o que resulta no fortalecimento cultural e formação de territórios simbólico e produtivos.

Guzzatti, Gelbcke e Cazella (2024) enfatizaram em suas pesquisas a experiência coletiva observada em uma das organizações sociais presentes na região está a Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia. Sua criação teve como apoio inicial do Secretaria de Turismo, Esporte e Cultura do Estado de Santa Catarina e, mais tarde, dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Turismo (MTUR). Os associados da Acolhida na Colônia são sujeitos que têm forte vínculo de identidade e pertencimento com o território onde vivem.

Na pesquisa de Guzzatti, Gelbcke e Cazella (2024) evidencia que arranjos associativos favorecem a reprodução e circulação de práticas culturais como, na preparação de alimentos tradicionais, roteiros de colheita e feira e que o capital social e as estratégias de governança local são centrais para a sustentabilidade sociocultural desses processos. Para Dorigon (2022) no agroturismo, os sentimentos de identidade e pertencimento ganham relevância, pois as vivências e saberes diferenciados ao serem compartilhados com os visitantes valorizam “atributos para além da sua qualidade intrínseca, como a paisagem, a identidade, a história e a cultura de um determinado lugar”

Peixoto e Ribeta (2022) ao estudar o agroturismo no município de Venda Nova do Imigrante, localizado na Região Serrana do Estado do Espírito Santo. A identidade campestre do município de Venda Nova do Imigrante-ES foi criada em função das características e práticas sociais da população local. Os costumes e simbologias identitárias ligadas à colonização italiana, ainda presentes no município. Essa herança europeia pode ser apontada como o maior fomentador do turismo na região. Isso demonstra o forte apelo pelos aspectos culturais

A interação entre visitantes e anfitriões em contextos agroturísticos promove, frequentemente, processos de revalorização identitária: a exposição controlada de saberes e rituais locais pode fortalecer autoestima comunitária, criar narrativas locais e ampliar o reconhecimento externo de práticas tradicionais Segundo Zandonadi e Freire (2016) recursos culturais como a arquitetura local, objetos antigos, heranças de instrumentos de trabalho herdados, comidas regionais, danças e costumes, também se configuram como promotores do agroturismo local .

Um ponto de destaque nessa perspectiva é que a interação pode levar a risco de mercantilização cultural. Isso pode ocorrer quando práticas simbólicas podem ser convertidas em produto sem o controle da própria comunidade o que pode levar a banalização, perda de sentido e apropriação externa de elementos culturais (MARCHESAN; DALLABRIDA; VARGAS, 2020).

Para se evitar mercantilização cultural por parte do agroturismo é necessário mecanismos de governança e protocolos participativos. Recomenda-se que haja equilíbrio entre valorização e proteção cultural por meio de certificação local, regulamentos culturais, capacitação em turismo cultural de modo a resguardar suas interpretações turísticas e significados.

Outra forma de como o agroturismo contribui para o desenvolvimento sociocultural rural é por meio da transmissão intergeracional de saberes. Conforme Strassburger, Coltre e Ferreira, (2022) ao mesmo tempo que o agroturismo gera renda associada às expressões culturais, pode estimular a geração mais jovem a permanecerem no meio rural e a aprender técnicas tradicionais (produção de queijo, cachaça, artesanato), contribuindo para a continuidade cultural e redução do êxodo rural. Isso pode ser confirmado por meio do programa agricultura familiar.



O agroturismo também atua como espaço de reconfiguração de papéis sociais no meio rural. Em alguns arranjos, mulheres assumem papéis centrais em hospitalidade, gastronomia e comercialização direta, ampliando sua autonomia econômica e visibilidade sociocultural. Segundo Antônio et al., (2020) e Mendonça e Marque (2018) a participação feminina nas atividades rurais tem sido associada a fortalecimento do empreendedorismo local e ao protagonismo em redes de comercialização de produtos com identidade local, atividades que conjugam reprodução cultural e geração de renda.

Do ponto de vista pedagógico, o agroturismo pode servir como plataforma de educação patrimonial. Conforme Klein, Elesbão e Souza (2019) a questão pedagógica advinda do agroturismo pode vir por meio de visitas orientadas a alunos de escolas primárias, oficinas e roteiros interpretativos contribuem para a transmissão de técnicas e para a conscientização ambiental e cultural de visitantes urbanos, conectando turismo e educação.

É perceptivo o potencial do agroturismo para o desenvolvimento sociocultural rural pois promove transmissão e preservação de conhecimentos e saberes locais, empoderamento de grupos locais especialmente das mulheres, fortalecimento da identidade e a criação de espaço educacionais patrimoniais. No entanto sem a governança, certificação e infraestrutura adequada pode levar a mercantilização e fragilidade de repertórios culturais.

Para que haja todas essas contribuições do agroturismo para o desenvolvimento sociocultural rural é necessário que haja um papel definido e claro das instituições públicas e de articulação territorial por meio de governança devido as necessidades de planejamento e zoneamento para proteger bens culturais e naturais frente à expansão turística.

Ainda mais deve se haver certificação de qualidade cultural como rótulos territoriais, selos de autenticidade para fortalecer a posição de produtos e experiências, além de pressão por infraestrutura como energia, estrada internet aliando a demanda por políticas de preservação cultural para que as comunidades não fiquem vulnerável a pressões externas e comprometer a administração turística local. Em outras palavras é necessário indicadores socioculturais como medidas de participação comunitárias, nível de satisfação cultural, números de eventos mantidos como parte integrante do impacto do agroturismo para o desenvolvimento sociocultural rural.

Desenvolvimento ambiental rural

Do ponto de vista socioambiental, o agroturismo pode contribuir para a conservação de paisagens e manutenção de usos tradicionais do solo, desde que haja compromissos de sustentabilidade e limites à pressão turística; caso contrário, existe risco de degradação ambiental e de “commoditização” cultural (YASIN; BACSI, 2025).

No campo da sustentabilidade, o agroturismo pode promover práticas agroecológicas e certificações locais quando as demandas de visitantes valorizam produtos orgânicos e experiências autênticas; dessa forma, o turismo torna-se um incentivo à transição agroambiental (evidências em estudos europeus e estudos sobre adoção de orgânicos em propriedades com agroturismo)

A resiliência dos empreendimentos agroturísticos mostrou-se dependente de ações proativas (investimento em CSR, co-criação de experiências, digitalização das reservas e pagamentos); estudos europeus mostraram que estratégias proativas melhoraram desempenho durante crises, enquanto estratégias reativas tiveram efeitos limitados (MAGNO; CASSIA 2021; GAGALYUK; KOVALOA, 2024).

Segundo Klein (2012) o turismo rural e o agroturismo desempenha função pedagógica. As atividades desenvolvidas em empreendimentos rurais apesar de apresentarem especificidades como estruturas físicas, recursos utilizados estratégias, dentre outros,



apresentam características semelhantes que possibilitam vivências de contato direto com o meio rural ao favorecer a compreensão de questões relacionadas aos recursos hídricos, origem dos alimentos, flora, fauna e modos de produção sustentável.

Esses aspectos possibilitam o trabalho ser realizados em diferentes áreas do conhecimento, em uma perspectiva interdisciplinar como recursos para o professor. Dessa forma o turismo rural e agroturismo contribui para o desenvolvimento rural, desempenhar uma função importante como a educativa e por conseguinte contribuir para o desenvolvimento ambiental rural.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo evidenciou que o agroturismo constitui-se em uma estratégia multifuncional de desenvolvimento rural, atuando simultaneamente nas dimensões econômica, sociocultural e ambiental. A análise das experiências e da literatura nacional e internacional mostrou que essa prática vai além da diversificação de renda, tornando-se vetor de integração entre o turismo, a agricultura familiar e a sustentabilidade territorial. O fortalecimento das comunidades rurais ocorre por meio da valorização de suas práticas produtivas e culturais, promovendo a ressignificação dos modos de vida e dos espaços agrícolas.

No campo econômico, o agroturismo revela grande potencial de geração de fluxos de renda, criação de empregos e estímulo às cadeias curtas de comercialização, favorecendo a circulação de recursos dentro das comunidades locais. Contudo, para que esse potencial se concretize, torna-se necessário o suporte de políticas públicas que garantam infraestrutura, acesso ao crédito e capacitação técnica, minimizando desigualdades regionais e barreiras estruturais que limitam a expansão da atividade.

Do ponto de vista sociocultural, o agroturismo se afirma como instrumento de fortalecimento da identidade territorial, da preservação de saberes tradicionais e da revalorização das práticas coletivas. Quando planejado de forma participativa, ele contribui para o empoderamento social, especialmente de mulheres e jovens, além de atuar como ferramenta educativa e de preservação patrimonial. Contudo, sem governança local e mecanismos de certificação, há risco de mercantilização cultural e perda de autenticidade.

Na dimensão ambiental, a prática do agroturismo incentiva a adoção de práticas agroecológicas, o manejo sustentável dos recursos naturais e a conservação das paisagens rurais. As propriedades turísticas que adotam princípios de sustentabilidade demonstram maior capacidade de resiliência e inovação, sobretudo quando integram ações de educação ambiental, certificação ecológica e tecnologias digitais voltadas à gestão ambiental.

Diante dos achados, conclui-se que o agroturismo deve ser compreendido como política integrada de desenvolvimento territorial e não apenas como atividade econômica isolada. Sua eficácia depende de uma articulação entre atores públicos, privados e comunitários, orientada por princípios de sustentabilidade, equidade social e fortalecimento cultural. Dessa forma, o agroturismo consolida-se como instrumento estratégico para a construção de um rural vivo, produtivo e socialmente justo.

AGRADECIMENTO

Agradeço ao CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) pelo financiamento de estudo por meio de bolsa de doutorado.



REFERENCIAS

ABREU, I.; MESIAS, F. J.; RAMAJO, J. Design and validation of an index to measure development in rural areas through stakeholder participation. v.1, 2021. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2109.12568>. Acesso em: 25 out. 2025.

ANTONIO, G. J. Y.; BRAGA, C. M. H. G. A. F.; ASSIS, R. L.; AQUINO, A. M. O protagonismo das mulheres rurais. Realidade atemporal: o caso de Nova Friburgo, Rio de Janeiro, Brasil. **Boletín de Estudios Geográficos**, n.113, p.69-89, 2020. Disponível em: <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1126493/o-protagonismo-das-mulheres-rurais-realidade-atemporal-o-caso-de-nova-friburgo-rio-de-janeiro-brasil>. Acesso em: 25 out. 2025.

BAI, X.; YANG, L. Digital literacy's impact on digital village participation in rural China under the Rural Revitalization Strategy. **Scientific Reports**, v.15, p.1-28, 2025. DOI: 10.1038/s41598-025-16093-3. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-025-16093-3>. Acesso em: 25 out. 2025.

BRANDARI, P.; GHIMIRE, D. Rural agricultural change and individual out-migration. **Rural Sociol.** v.81, n.4, p.572–600, 2016. doi: 10.1111/ruso.12106. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles>. Acesso em: 25 out. 2025.

CASTRO, C. N. de. **Conceitos e legislação sobre a agricultura familiar na América Latina e no Caribe**. IPEA: Brasília, 2023. 50 p. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/server/api/core/bitstreams/db1d6405-3616-493a-a18e-7bf7382b264b/content>. Acesso em: 25 out. 2025.

DAVID, C.; MARAFON, G. J. A geografia rural e agrária no Brasil: produção e divulgação do conhecimento. **Campo-Território: revista de geografia agrária**, v.16, n.43, p.01-21, 2021. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/60607/33031>. Acesso em 25 out 2025.

DHUNGANA, P.; KHANAL, A. R. Spending on farms ripples into the region: agritourism impacts. **Frontiers in Environmental Economics**, v.2, n.27, p.1-15, 2023. DOI: 10.3389/frevc.2023.121924. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/journals/environmental-economics/articles/10.3389/frevc.2023.121924/full>. Acesso em: 25 out. 2025.

DOLOI, H. K. Digital Inclusion for Rural Growth: Internet Usage and Market Access. **Journal of Rural Studies**, v.35, n.1, p.40-57, 2025. DOI: 10.1177/10185291251343357. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/393011264_Digital_Inclusion_for_Rural_Growth_Internet_Usage_and_Smart_Villages_Development. Acesso em: 25 out. 2025.

DORIGON, C. A teoria dos sítios simbólicos de pertencimento e as interfaces com o enfoque da Cesta de Bens e Serviços Territoriais. **Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas**, v.42, n.1, p.114–133, 2022. DOI: 10.37370/raizes.2022.v42.782. Disponível em: <https://raizes.revistas.ufcg.edu.br/index.php/raizes/article/view/782>. Acesso em: 25 out. 2025.



EMBRAPA. **Determinação de áreas potenciais ao agroturismo: metodologia e aplicações. Boletim Técnico**, 2010. Disponível em: <https://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/.../bpd1552010agroturismo.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

EVOLA, R. S.; PEIRA, G.; VARESE, E.; BONADONNA, A.; VERSE, H., Short Food Supply Chains in Europe: Scientific Research Directions. **Sustainability**, v. 14, n. 6, 2022. DOI: 10.3390/su14063602. Disponível em: <https://doi.org/10.3390/su14063602>. Acesso em: 25 out. 2025.

FANTINI, A.; ROVER, O.J.; CHIODO, E.; ASSING, L. Agroturismo e circuitos curtos de comercialização de alimentos orgânicos na Associação “Acolhida na Colônia” SC/Brasil. **RESR** V.56, n.3, p.517-534, 2018. Doi. <http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-94790560310>, Disponível em: <https://revistasober.org/article/10.1590/1234-56781806-94790560310/pdf/resr-56-3-517.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

FERNANDES, B. M. Sobre a tipologia de territórios. In: SAQUET, M.A.; SPOSITO, E. S. **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. Editora Expressão Popular São Paulo: 2009. Disponível em: <https://www.gepec.ufscar.br/publicacoes/ruralidade/sobre-a-tipologia-de-territorios.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025

FERTŐ, I.; BOJNEC, S. Empowering women in sustainable agriculture. **Scientific Reports**, v. 14, p.1-7, 2024. DOI: 10.1038/s41598-024-57933-y. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41598-024-57933-y>. Acesso em: 25 out 2025.

GAGALYUK, T.; KOVALOA, M.; Digital technologies as a driver of resilience and institutional transformation: The case of Ukrainian agroholdings. **International Food and Agribusiness Management Review**. v.27, n.1, 2024. Disponível em: <https://brill.com/view/journals/ifam/27/1/article-p5>. Acesso em: 25 out. 2025.

GELBCKE, D. L. **Agroturismo e produção do espaço nas encostas da serra geral: entre a idéia e a prática**. (dissertação mestrado) Programa de pós graduação em geografia. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 2006. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30370247.pdf>. Acesso em: 25 out. 2025.

GOMORI-RUBENA, L.; REID, C. Using TAPE to assess agroecology on women-led farms in the U.S.: Support for environmental and social practices. **Journal of Agriculture, Food Systems, and Community Development**, Ithaca, NY, USA, v.13, n.1, p. 29–150, 2023. DOI: 10.5304/jafscd.2023.131.003. Disponível em: <https://www.foodsystemsjournal.org/index.php/fsj/article/view/1200>. Acesso em: 27 oct. 2025.

GUSMÃO, R.P. Os estudos de Geografia Rural no Brasil: revisão e tendências. **Revista Campo-Território**, v.1, n.2, 2006. DOI: 10.14393/RCT1211792. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11792>. Acesso em: 25 out. 2025.



GUZMAN, M. R. T.; KIM, S.; TAYLOR, S.; PADASAS, I. Rural communities as a context for entrepreneurship: Exploring perceptions of youth and business owners. **Journal of rural studies**, v.80, n.1, 2020. DOI:10.1016/j.jrurstud.2020.06.036. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0743016719310952>. Acesso em: 25 out. 2025.

GUZZATTI, T. C.; GELBCKE, D. L.; CAZELLA, A. A. Interfaces do agroturismo com o enfoque da cesta de bens e serviços territoriais. **Desenvolvimento em Questão**, v.22, n.61, p.1-20, 2024. DOI: 10.21527/2237-6453.2024.61.16031. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/385715345_Interfaces_do_agroturismo_com_o_enfoque_da_cesta_de_bens_e_servicos_territoriais. Acesso em: 25 out. 2025.

HAESBAERT, R. **Território e redes: novas leituras no espaço geográfico**. São Paulo: Editora Annablume, 2004.

KATO, K. Y. M.; DELGADO, N.G.; ROMANO, J.O. Territorial Approach and Rural Development Challenges: Governance, State and Territorial Markets. **Sustainability**, v.14, n.12, p.1-23, 2022. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/14/12/7105>. Acesso em: 25 out 2025.

KLEIN, A. L. **Turismo rural pedagógico e a função educativa das propriedades rurais: uma análise a partir do roteiro Caminhos Rurais de Porto Alegre, RS e do projeto Viva Ciranda**, Joinville. 200. P. 2012. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/70006>. Acesso em 25 out. 2025.

KLEIN, A. L.; ELESBÃO, I.; SOUZA, M. O turismo rural pedagógico promovendo a multifuncionalidade da agricultura: análise de três experiências desenvolvidas no Brasil. **Caderno Virtual de Turismo**, v.19, n.2, p.1-12, 2019. DOI: 10.18472/cvt.19n2.2019.1477. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/203678>. Acesso em 25 out. 2025.

LIMA, V. M. S.; MARAFON, G. J. Turismo rural: o exemplo do Brasil. In: MARAFON, G. J., FACCIOLI, M., and SÁNCHEZ, M. A., ed. **Patrimônio, território e turismo no Brasil**, Costa Rica e Itália [online]. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2020, pp. 221-238. ISBN: 978-65-00-03032-7. <https://doi.org/10.7476/9786500030327.0011>. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/b2n8w/pdf/marafon-9786500030327-11.pdf>. Acesso em: 25 out 2025.

MAGNO, F.; CASSIA, F. Effects of agritourism businesses' strategies to cope with the COVID-19 crisis: The key role of corporate social responsibility (CSR) behaviours. **Journal of Cleaner Production**. v.325. p.1-12, 2021. doi: 10.1016/j.jclepro.2021.129292. Disponível em: <https://pmc.ncbi.nlm.nih.gov/articles/PMC9759414/pdf/main.pdf>. Acesso em: 25 out 2025.

MARCHESAN, J.; DALLABRIDA, V.R.; VARGAS, L.P. Agroturismo como perspectiva ao pós-produtivismo agrário: agroturismo como alternativa pós-produtivista em SC. **Geosul**, v.35, n.75, p. 533-555, 2020. Disponível em:



<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/1982-5153.2020v35n75p533>. Acesso em: 25 out 2025.

MENDONÇA, G.M.; MARQUES, P.E.M. Protagonismo feminino na agricultura agroecológica: estudo de uma organização de controle social no assentamento Milton Santos. **Retratos de Assentamentos**, v.21, n.2, p.45-65, 2018. DOI: 10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2018.v21i2.298. Disponível em: <https://retratosdeassentamentos.com/index.php/retratos/article/view/298>. Acesso em: 25 out. 2025.

MIRANDA, D. L. R. Desenvolvimento rural e políticas públicas: análise de territórios. **Revista Interdisciplinar de Ciências Sociais**, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/guaju/article/download/49760/29789>. Acesso em: 25 out. 2025.

MUJČINOVIĆ, A.; BOJNEC, S.; NIKOLIC, A.; TONKOVIC, A.B.; GASPAROVIC, S.; LAZEREG, M.; STOJANOVIC, A.; BOJADJIEVA, D.; Pathways **for Young Farmers' Entrepreneurship in Sustainable Rural Development**. Springer Book Chapter, 2024, pp. 69-87. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-3-031-45679-4_5. Acesso em: 25 out. 2025.

NDHLOVU, E.; DUBE, K. Agritourismo and sustainability: a global bibliometric analysis of the state of research and dominant issues. **Jornal of outdoor recreation and tourism**. v.46, p.1-8, 2024. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article>. Acesso em: 25 out. 2025.

PEIXOTO, D. L.; RIBETA, P. B. Agroturismo em Venda Nova do Imigrante (ES) e seus fatores condicionantes: um estudo baseado em publicações locais. **Revista Turismo em Análise**, v.33, n.1, p.135-152, 2022. Disponível em: <https://revistas.usp.br/rta/article/view/195457>. Acesso em: 25 out. 2025.

RAMBO, A. G.; FREITAS, T.D. The Territorial Policy of Rural Development in Brazil: Questions and Reflections about the Reconnection between Production and Consumption of Food. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 16, n. 84, 2019. DOI: 10.11144/Javeriana.cdr16-84.tprd. Disponível em: [https://revistas.javeriana.edu.co/files-articulos/CDR/16-84%20\(2019-II\)/11760160003/](https://revistas.javeriana.edu.co/files-articulos/CDR/16-84%20(2019-II)/11760160003/). Acesso em: 25 out. 2025

SABOURN. E. Governança multi-nível no desenvolvimneto rural: intermunicipalidade e territórios RP3: **Revista de Pesquisa em políticas públicas**, v.11, n.2, 2018. DOI:10.18829/rp3.v11i2.28706. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/12454>. Acesso em 25 out 2025.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, v.6, n. 11, p. 88-125, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/soc/a/jXr37zTQLpMWq5Gq7TpSCfd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 out. 2025.

SGROI, F.; DONIA, E.; MINEO, A.M. Agriturismo and local developmente: a methodology for assessing the role of public contributions in the creation of competitive advantage. **Land**



use policy. v.77, 2018, p.676-682. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article>. Acesso em: 25 out. 2025.

SILVEIRA, M. A.; FERRAZ, J. M. G. **Agricultura familiar, desenvolvimento rural e políticas públicas. Embrapa**, [s.l.], 2005.

STRASSBURGER, N. C.; COLTRE, S. M.; FERREIRA, W. C. Turismo rural e agricultura familiar no brasil: um estudo bibliométrico. **Revista Grifos**, v.32, n.59, p.01–26, 2022. DOI: 10.22295/grifos.v32i59.6928. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/grifos/article/view/6928>. Acesso em: 25 out. 2025.

TONINI, H.; DOLCI, T.S. Turismo Rural e Novos Mercados para Produtos Alimentares Agroecológicos: Estudo de Caso da Rota Via Orgânica / Rural Tourism and New Markets for Agro-Ecological Food Products: The Case Study of Via Organica Route. **Revista Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade**, v. 12, n. 3, 2020. Disponível em: <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/7574>. Acesso em: 25 out. 2025.

TURTUREANU, A.G.; CRETU, C.M.; PRIPOAIE, R.; MARINESCU, E.S.; SIRBU, C.G.; TALAGHIR, L.G. Sustainable Development Through Agritourism and Rural Tourism: Research Trends and Future Perspectives in the Pandemic and Post-Pandemic Period. **Sustainability**, v. 17, n. 9, p. 3998, 2025. DOI: 10.3390/su17093998. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2071-1050/17/9/3998>. Acesso em 25 out. 2025.

VIZUETE, B.; LLORENTE, M.G.; RAMIREZ, I.P.; ROZAS, E.O. Gender equity as a key element for agroecological transitions: Neo-rural women as managers of agroecological initiatives. **People & Nature**, [S.n.], p. 449-462, 2025. DOI: 10.1002/pan3.10761. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/387187445_Gender_equity_as_a_key_element_for_agroecological_transitions_Neo-rural_women_as_managers_of_agroecological_initiatives. Acesso em: 25 out. 2025.

WILKINSON, J. **Mercados, redes e valores: o novo mundo da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2010.

YASIN, A. S.; BACSI, Z. Agritourism and Rural Development: A Global Bibliometric Analysis of the State of Research, Limitations, and Future Directions. **Agriculture**, v. 15, n. 8, 2025. DOI: 10.3390/agriculture15080866. Disponível em: <https://www.mdpi.com/2077-0472/15/8/866>. Acesso em: 25 out 2025.

ZANDONADI, B.M.; FREIRE, A.L.O. Agroturismo: cultura e identidade agregando renda no espaço rural. **Revista de Turismo Contemporâneo**, v. 4, n. 1, 2016. DOI: 10.21680/2357-8211.2016v4n1ID7682. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/7682>. Acesso em: 25 out. 2025.

